



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Primeira Sessão Extraordinária, do primeiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de abril de dois mil e dezessete, às vinte horas e quarenta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto para proferir o seguinte texto: Evangelho de Mateus – Capítulo 7, versículos 21. 24-27 : “Disse Jesus aos seus discípulos: ‘Nem todo aquele que me diz: ‘Senhor, Senhor’, entrará no Reino dos Céus, mas o que põe em prática a vontade de meu Pai que está nos céus. Portanto, quem ouve estas minhas palavras e as põe em prática, é como um homem prudente, que construiu sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enchentes, os ventos deram contra a casa, mas a casa não caiu, porque estava construída sobre a rocha. Por outro lado, quem ouve estas minhas palavras e não as põe em prática, é como um homem sem juízo, que construiu sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, vieram as enchentes, os ventos sopraram e deram contra a casa, e a casa caiu, e sua ruína foi completa!’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para deliberação a respeito de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual, deu início à Ordem do Dia: Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar n.º 002/2017 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar Municipal n.º 279/2016, que dispõe sobre o salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º do R.I.cc Art. 42 da LOM). O Sr. Presidente determinou a leitura do referido projeto de lei e a seguir designou o Vereador Afonso Lopes da Silva como Relator Especial para exarar parecer ao referido



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão. Decorrido o prazo para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinando a leitura do referido Parecer. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar Nº 002/2017 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 279/2016, que dispõe sobre o salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão. Em discussão, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto, que cumprimentou a todos, dizendo que o que estava faltando na Casa, infelizmente, era um pouco de diálogo, porque os projetos estavam chegando aos quarenta e oito do segundo tempo e sendo colocados para votar; votar aquele aumento, com certeza a bancada dele seria favorável, porque senão iriam prejudicar diretamente o funcionalismo público, mas a Casa não teve uma chance de poder se reunir, de sentar e discutir com o Prefeito como sempre foi feita aquela discussão; poderia não chegar a um aumento maior, mas eram treze Vereadores e ele tinha a certeza de que teriam força para conseguir um aumento, nem que fosse mais um pouco maior para o servidor, eles sempre sabiam que dava para puxar um pouquinho mais, e perguntou porque desta vez não aconteceu da mesma forma? Disse que naquele momento a única forma de impedir aquela votação era não tendo quorum, a maioria dos Vereadores retirando do Plenário e ele achava que em forma de respeito, era o que poderia acontecer ao servidor público e aquela conversa, ninguém estava falando que dava para pagar trezentos ou quatrocentos reais de abono, mas ele acreditava que o esclarecimento maior para eles, Vereadores, seria de grande importância, porque em momento nenhum foi especificado o porquê daquele aumento, porque não mais e como chegou em tudo aquilo, e o próprio Sindicato não teve uma resposta; disse que ele via a luta deles, diariamente, três, quatro reuniões, mas, infelizmente, eles, Vereadores, não poderiam participar daquela discussão, e no mínimo, para os funcionários não saírem no prejuízo, seria a inflação, no mínimo, em respeito ao funcionalismo de Jaguariúna, e se estivessem em queda a Receita, eles poderiam sentar e discutir com o funcionário e ele tinha a certeza de que o funcionário iria entender tudo aquilo, mas eles estavam em uma crescente, graças ao bom trabalho, eram vinte e cinco por cento de ICMS, eram mais de cinco milhões mensais que, com certeza, como disse a Presidente do Sindicato, o funcionário público era a máquina da Prefeitura e era o que precisava ser investido; falou que eles precisavam investir mais nas pessoas, que, com certeza, era mais dinheiro para o funcionário público, mais dinheiro investido no mercado da cidade, então, ficava a indignação dele àquela votação,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

naquele formato que estava sendo conduzido, que com certeza o funcionário não estava sendo respeitado em momento algum, uma discussão salutar com os nobres colegas, ele tinha a certeza de que a bancada do PTB, como sempre fez, só iria engrandecer, ainda mais, aquela discussão com o senhor Prefeito; a seguir, pediu a palavra, o Sr. Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que quando eles começavam a discutir qualquer tipo de problema, eles tinham de discutir, na verdade, o todo, e aquela era uma discussão importante, que envolvia a questão dos servidores, mas envolvia acima de tudo a Administração Pública, colocar acima de tudo, a Prefeitura, e era importante dar aumento para os servidores, mas dentro daquele contexto, atualmente, estavam com aquela dívida que foi falada lá, aquela dívida deixada pela Administração anterior e eles tinham de fazer a Administração funcionar, de certa forma, mantendo os serviços públicos, ele acreditava que aquele reajuste, aquela questão ia manter a cidade bem equilibrada, para atender na questão de manter os pagamentos dos servidores em dia, de cuidar bem da questão da Saúde, de cuidar bem da questão da Educação e, principalmente, de cumprir as políticas sociais, e que tinham várias pessoas de vulnerabilidade que tinham de ser atendidas, a questão das cestas básicas, independente da família, a Prefeitura tinha de manter tudo aquilo mas, dentro do equilíbrio financeiro; outra coisa, disse que a questão das negociações, em nenhum momento ele foi procurado pelo Sindicato para intervir, e ele achava que o papel de pedir ajuda para a Câmara tinha de ser do Sindicato, e o Sindicato em nenhum momento procurou a Câmara, e ele acreditava que chegou no limite da negociação, aquela proposta que foi apresentada lá pelo Executivo, não foi construída da cabeça, foi construída, pelo que ele acompanhou, na mesa de negociação, foi construída com o Sindicato, foi construída com a opinião do pessoal do Sindicato e que de certa forma, pelo que foi explicado para eles, palpável de ser passado na categoria, de ser passado na assembléia, então, ele achava que aquela questão era uma discussão que ele já tinha colocado, que eles tinham de analisar todo do ponto de vista da Administração Pública, do ponto de vista da Prefeitura, para que a máquina funcionasse a favor da população e, claro, com a colaboração dos servidores; então, de certa forma, ele acreditava que chegou no limite da negociação e eles tinham de discutir aquilo e encaminhar lá aquela questão do reajuste dos servidores; mandou um abraço a todos e disse que iriam na luta naquela questão dos servidores, para atender às reivindicações como já foi atendida mas, acima de tudo, pensar, sim, na população e nos serviços públicos que tinham de atender a população (naquele momento houve



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

manifestação na assembleia, com aplausos); a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos, dizendo que ele achava que o David tinha sido bem claro lá, e o projeto que dizia respeito ao reajuste, era atribuição do Executivo, o Legislativo não poderia mexer no projeto, o que eles queriam era não votar naquele dia e estarem conversando, e como o Fred falou, se ventilou no início da sessão em fazer uma urgência especial em relação àquele projeto, mas por prudência foi verificado que não caberia urgência especial, por se tratar de lei complementar, o PTB não iria votar contra, o PTB iria votar favorável mas, o que eles queriam era estar conversando com o Executivo, eles fizeram uma indicação, e o menor salário da Prefeitura, com cem reais daria seis e meio por cento, eles fizeram a conta lá, e ele ia subindo, ele ia decaindo aquele percentual, se fosse seis e meio para todo mundo, ele achava que seria mais interessante, agradaria a todos, aquilo que eles estavam querendo, conversar, dialogar, mas em relação à dívida, cada um tinha a sua parcela de culpa, em dois mil e nove, quando a Administração entrou, com certeza não tinha dívida, então, o David foi bem claro lá, em relação ao Índice de Participação melhorou em vinte e cinco por cento e era uma coisa que também tinham de levar em consideração, então, daria para dar um reajuste melhor aos servidores e pagando a dívida concomitante; então, não tinha mais alternativa, a única coisa que teria, seria não dar quórum, ficar seis vereadores no Plenário, mas ele acreditava que aquilo não ia acontecer, então, o PTB iria votar favorável, mas eles queriam algo melhor para todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que era bom ver a Casa cheia de comissionados, e ele só gostaria de deixar claro uma coisa, que ele voltava a falar mais uma vez que não eram contra ao projeto de aumento, de forma alguma, aquilo que foi sugerido eles iriam acatar, e foi lido lá que um dos motivos para não se dar o aumento, foi a queda na arrecadação dos repasses de ICMS, estava escrito lá, ele ia tentar achar e fez a seguinte leitura: “gostaríamos de conceder esse reajuste em valor superior, mas apesar de nossos esforços, não foi possível, vez que o ICMS de nossa cidade tem sofrido queda nos últimos anos, além de ser notória a crise que enfrenta o nosso país”; disse que, realmente, nos últimos anos, de dois mil e nove até dois mil e dezesseis, o índice veio caindo e, graças a Deus, lá estava a luz no fim do túnel para Jaguariúna, a partir de dois mil e dezessete o índice estava aumentando e muito; nos anos passados que o índice caía, eles deram o aumento, também, bem próximo da inflação, e disse que se caísse no ano corrente o índice, ele largava de ser Vereador no dia seguinte àquele, se alguém lá falasse que o índice caiu e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que o ICMS repassado não aumentou, no mínimo, quatro milhões por mês, de janeiro até aquele momento, ele largava de ser Vereador no dia seguinte, sem brincadeira nenhuma, ele estava falando e não estava mentindo, lá não era o reino que tiveram anos atrás e ele falava a verdade, ele estava falando para todos que a cidade teve um aumento de arrecadação, poderia ter dado um aumento maior, mas eles respeitavam a dívida que o Prefeito herdou, ninguém estava contestando a dívida, eles sabiam que tiveram; na legislatura passada falaram que não tinha dívida, e eles receberam uma cidade endividada, mas falavam que não tinha dívida, e ele poderia estar falando lá que não tinha dívida, ia do livre arbítrio de cada um acreditar em que devesse acreditar, mas ele estava falando para todos que no ano atual o Índice de Participação tinha aumentado vinte e cinco por cento, no ano corrente, e nos anos passados não, e ele voltava a dizer que se a economia rodasse um pouquinho só, que não foi ele que em dois mil e catorze pediu voto para a Dilma na cidade de Jaguariúna, ele não pediu voto para Dilma, e a partir de dois mil e catorze a crise assolou o país, e ele não estava de um lado, ele estava sempre do mesmo lado, então, a dívida começou, o Município começou a cair justamente com o Brasil mas, a turma falava que Jaguariúna era rica, não caía nada, imagina! E como sofreram em dois mil e quinze, dois mil e dezesseis estava começando a melhorar porque os índices estavam aumentando em virtude das indústrias que estavam chegando, trabalho sério, de credibilidade para trazer Jaguariúna nos trilhos e fazer com o Município caminhasse e quem estava assumindo os louros daquilo, ele não sabia, mas, falar que não deu aumento porque o ICM caiu era mentira, e ele estava falando para todos que se o ICMS subisse ele largava de ser Vereador e ele gostaria de quem falasse que caiu, largasse de ser alguma coisa, porque ele não sabia quem falou, se foi o Secretário, se foi o Prefeito, que fizesse a mesma coisa, que tivesse coragem, mas, enfim, não puderam discutir o projeto, o projeto foi encaminhado a Casa no dia anterior, e ele achava que toda negociação entre Sindicato e Executivo tinha de partir, entre as duas partes e, a partir do momento em que protocolou na Casa, eles tinham de ver o que poderiam fazer, mas eles não tiveram tempo, o que eles estavam discutindo até aquele momento, era a possibilidade de discutir, não tiveram, mas, enfim, chegou naquele momento, tinham de votar e foram votar, e ele voltava a dizer a todos que, em nenhum momento quando ele foi Presidente da Casa, e ele foi com muita honra durante três vezes, em nenhum momento ele colocou um projeto daquela envergadura para votar no mesmo dia em que ele chegou, nunca, ele sempre primou pela discussão, não participava como Presidente das



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discussões anteriores, porque ele queria que os Vereadores fizessem o que bem entendessem com o projeto, que fossem discutir com o Prefeito, xingar o Prefeito, fossem cobrar do Prefeito, porque era a função dos Vereadores fazer aquilo; então, ele estava tentando ser o mais ímpar possível, e um projeto daquela envergadura só tinha de ser discutido um pouquinho mais, e todo mundo sabia que eles não iam apresentar emenda, eles já falaram lá daquilo que eles tinham como idéia, e se o Prefeito achou que aquilo foi o melhor tudo bem, mas se eles pudessem reunir os treze, sentar com o Sindicato, sentar lá no Prefeito e conseguiriam mais um por cento? E se conseguissem seria um trabalho deles, louros, frutos daquilo que eles estavam desenvolvendo, mas tudo bem, o que ele entendia, acharam por bem e aquilo não se discutia mais e acabou, mas, aquela Casa só teve conhecimento naquele dia, e naquele dia eles tinham de decidir e eles iam votar favorável, e ele voltava a dizer que um projeto daquela envergadura deveria ser melhor discutido, mais discutido, não melhor; disse que o projeto retroativo a março, eles teriam a possibilidade de votar na primeira sessão de maio e não levaria prejuízo a ninguém, ele tinha certeza daquilo, mas enfim, tomou aquela decisão inteligente, da parte dele, de uma sessão extraordinária, convocava era o Presidente e eles tinham de aceitar, mas tudo bem, era aquilo que ele gostaria de deixar claro e ele era favorável ao projeto como sempre foram, e falaram aquilo ao Prefeito, inclusive; agradeceu a todos e desejou boa noite. A seguir, em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 002/2017 do Executivo Municipal, que substitui o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 279/2016, que dispõe sobre o salário mensal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargos em comissão, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 003/2017, do Executivo Municipal, que substitui os anexos que especifica da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I R.I. cc Art. 42 LOM). O Sr. Presidente determinou a leitura do referido projeto de lei e a seguir designou o Vereador Cristiano José Cecon como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão. Decorrido o prazo para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão e determinando a leitura do referido Parecer. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar nº 003/2017, do Executivo Municipal, que substitui os anexos que especifica da Lei Complementar Municipal nº 209/2012, que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, lembrando que a seguir, haveria outra Sessão Extraordinária, já convocada, para Segunda Discussão dos projetos apreciados naquela sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereador Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

